

Artigo Original

Construção de identidade de gênero na Educação Física Escolar

Marlon Messias Santana Cruz ¹
Fernanda Caroline Cerqueira Palmeira ²

¹ *LEPEL/FACED da Universidade do Estado da Bahia e Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

² *Especialista em Educação Física Escolar Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil e Faculdade de Guanambi, BA, Brasil*

Resumo: De acordo com a história, a mulher tem desempenhado papel secundário na sociedade, pois o homem, apoiado no poder, principalmente da instituição educacional, vem mantendo status privilegiado. Partindo desta preocupação, o presente estudo objetivou apresentar proposições sobre a prática da Educação Física Escolar, a fim de analisar as contribuições desta, no processo de construção de identidade de gênero dos/as alunos/as. Para efetuar esta investigação foram utilizados como instrumentos: análise documental – plano de curso da disciplina, aplicação de questionários mistos a docentes e discentes, e observações das aulas. Os resultados desse estudo realizado numa instituição educacional de ensino fundamental no município de Guanambi-Ba apontaram para a ausência de preocupações relacionadas aos conflitos na relação menina-menino, geralmente provenientes da intolerância às diferenças existentes entre os gêneros. Portanto, concluiu-se que apesar dos/as professores/as considerarem a co-educação de fundamental importância, estes ainda empregam metodologias sexistas, fundamentados nos moldes tradicionais de ensino dos esportes.

Palavras-chave: Educação Física, Gênero e Esporte.

Construction of identity of sort in the pertaining to School Physical Education

Abstract: In accordance with history, the woman has played secondary role in the society, therefore the man, supported in the power, mainly of the educational institution, comes keeping privileged status. Leaving of this concern, the present study it objectified to present proposals on the practical one of the Pertaining to school Physical Education, in order to analyze the contributions of this, in the process of construction of identity of sort of pupils. To effect this inquiry they had been used as instruments: documentary analysis - plain of course of it disciplines, application of mixing questionnaires the professors and learning, and comments of the lessons. The results of this study carried through in an educational institution of basic education in the city of Guanambi had pointed with respect to the absence of concerns related to the conflicts in the relation girl-boy, generally proceeding from the tolerance to the existing differences between the sorts. Therefore, /as was concluded that although teacher to consider the co-education of basic importance, these still uses sex, based methodologies in the traditional molds of education of the sports.

Key Words: Physical education, Sort and Sport.

Introdução

Historicamente, as mulheres têm exercido papéis secundários em relação aos homens, em quaisquer setores da sociedade. Essa dita superioridade masculina foi construída culturalmente a partir das diferentes formas de educar homens e mulheres, o que conferiu competências e habilidades específicas para cada gênero.

As instituições, escola e família, são consideradas as principais responsáveis pela construção e/ou reprodução de conceitos equivocados, ou melhor, valores estereotipados a cerca das questões de gênero. Assim sendo, Althussen (1985,p.28), classifica a escola e a

família, como Aparelhos Ideológicos, uma vez que :

Tomam a seu cargo crianças de todas as classes sociais [...] inculcando-lhes durante anos, saberes práticos envolvidos na ideologia dominante. [...], velando pela manutenção do *status quo*, ou seja, na ordem social vigente, e reprimindo as tentativas de contestação.

Na tentativa de igualar acesso, e métodos educacionais, para homens e mulheres, foram criadas as escolas mistas em 1920. Contudo, a relação estabelecida, de superioridade dos homens frente às mulheres continua até os dias atuais, já que muitos/as professores/as fazem uso de práticas que deixam transparecer, os estereótipos e os preconceitos de gênero. Estes inconscientemente “cobram” coisas diferentes de meninos e de meninas. Desse modo, as

diferentes maneiras de tratar meninos e meninas no âmbito escolar fazem com que estes assumam determinadas posturas frente à sociedade.

Não distante desta realidade, a Educação Física muitas vezes auxilia na consolidação destes conhecimentos deturpados, pois há incutido na sua cultura, a pseudo-superioridade masculina, devido aos meninos apresentar maior desenvoltura no desenvolvimento de atividades físicas. Entretanto, sabe-se que tais diferenças provem de um maior repertório motor dos meninos, em consequência do maior número de vivências realizadas por eles.

Com a tentativa de intervir em tal realidade, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), de Educação Física, no que tange as questões de gênero, considera de fundamental importância a realização de aulas mistas, uma vez que estes podem favorecer a meninos e meninas, a aprenderem a ser mais tolerantes, respeitando as diferenças existentes. Evita-se, assim, a construção e/ou reprodução da estereotipia sexual. No entanto, atualmente em Guanambi, município localizado na região Sudoeste do estado da Bahia, por meio de observações da prática dos/as professores/as de Educação Física, é facilmente percebido, a inexistência de preocupações, logo de estratégias que possam intervir, atenuando essa realidade.

A partir desta afirmação, questiona-se: o que justifica, professores de Educação Física adotarem uma prática pedagógica indiferente às questões de gênero (aulas mistas), na medida em que estas são consideradas de grande relevância pelos PCNs da área?; E ainda, como esta abordagem metodológica, a qual desconsidera a realização de aulas co-educativas, poderá influenciar na relação entre alunos e alunas nas aulas de Educação Física?

Acreditamos que apesar de terem conhecimento sobre os benefícios proporcionados pela realização de aulas co-educativas, os/as professores/as preferem dar continuidade aos métodos tradicionais de ensino pela facilidade que este lhes proporciona. Ao separar a turma em dois grupos homogêneos, o trabalho do/a professor/a é facilitado, pois as diferenças são minimizadas, uma vez que as diferenças de habilidade motora entre meninos ou entre meninas, no geral, se tornam insignificantes. Outro fator também pode ser apontado, como a não aceitação por parte dos/as alunos/a no intuito de confirmar nossa hipótese. Em decorrência disso, as aulas de Educação Física tornam-se espaços propícios para a manutenção de estereótipos. Assim, a práxis das

aulas de Educação Física nas escolas atualmente se resume a uma prática discriminatória, a qual poderá influenciar na relação entre alunos e alunas, não só durante as aulas de Educação Física, mas também nas relações sociais.

As dificuldades existentes no encaminhamento de propostas co-educativas, ou seja, aulas em que meninos e meninas realizam atividades conjuntamente ressaltam a importância em discutir e vivenciar o respeito às diferenças. Partindo desta inquietação, a pesquisa, Construção de Identidade de Gênero na Educação Física escolar, buscou apresentar e analisar considerações sobre a prática da Educação Física Escolar, no sentido de verificar quais as contribuições deste componente curricular no que concerne a construção da identidade de gênero dos/as alunos/as, evitando a construção e/ou reprodução de valores, padrões e funções estereotipadas, as quais tem sido atribuídas como próprias de cada gênero.

O presente trabalho tratou-se de uma pesquisa do tipo participante, de cunho quantitativo, a qual teve como campo de ação, o Colégio Municipal José Neves Teixeira, e compreendeu como sujeitos de pesquisa, dois professores/as graduados em Educação Física, os quais ministram a disciplina na instituição, e uma amostragem representativa de 13,57 % do quadro discente.

Os dados coletados mediante análise documental, observação das aulas e aplicação de questionários mistos a todos os sujeitos de pesquisa, foram expostos a partir da utilização de relatórios e gráficos.

Portanto, o estudo baseou-se no entendimento de que o professor, ao optar por uma determinada práxis, deve estar constantemente refletindo sobre a sua prática pedagógica. Consideramos nesse processo o docente como um ser social que auxilia na construção de uma cultura escolar, que pode influenciar diretamente, de forma negativa ou positiva, nas formas de pensar e agir dos/as alunos/as.

O estudo Construção de Identidade de Gênero na Educação Física escolar, apresenta-se dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo foram abordadas questões que levam a retratar a participação histórica das mulheres no processo educacional. No segundo e terceiro capítulos, buscou-se verificar a prática da Educação Física escolar e suas possíveis contribuições para a manutenção da estereotipia sexual existente principalmente na prática esportiva.

No quarto capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a

realização da referida pesquisa, onde são assinalados e descritos, o tipo de pesquisa, o campo de ação, os sujeitos de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e as formas de exposição e análise dos dados. Além de discutir sobre a relação Gênero X Educação Física Escolar através do confronto dos dados coletados com o referencial teórico, o que nos possibilitou apresentar nas considerações finais sobre a prática da Educação Física no Colégio Municipal José Neves Teixeira, além de verificar suas possíveis contribuições no processo de construção da identidade de gênero.

Marco teórico da construção do conceito de “gênero” e suas implicações no processo educativo.

Historicamente, a mulher tem desempenhado papel secundário na sociedade em relação ao homem que, apoiado no poder das ciências, religiões, e principalmente das instituições educacionais, mantém *status* privilegiado. Beltrão e Alves (2003) consideram que a visão da mulher como um ser inferior, que não tinha necessidade de aprender a ler e a escrever provém da tradição cultural ibérica, transportada de Portugal para a colônia brasileira.

Cronologicamente podemos pontuar a participação das mulheres no processo educacional brasileiro. Do período colonial ao império a instrução de homens e mulheres era diferenciada. As mulheres viviam em estado de ignorância cultural, apenas nos conventos femininos ensinava-se a leitura, a escrita, a música e trabalhos domésticos. Com as reformas Joaninas no século XIX foi aberta a oportunidade de instrução de mulheres, mas somente aquela de classe superior, com precipitadas estrangeira. Em 1827, com a Lei Imperial foi autorizada a abertura de classes femininas, com diferenciais nos currículos de homens e mulheres.

A situação pouco melhorou com a República. Esse período não trouxe muitas mudanças no ensino das mulheres, mesmo com as idéias da escola nova. A oficialização da 1ª escola mista no Brasil foi em 1920, mantendo a diferenciação, separação e hierarquização, ocorrida em toda a história da instrução de homens e mulheres. A escola mista não alterou a representação tradicional sobre o feminino e o masculino.

Os avanços mais significativos da educação feminina aconteceram somente após a Revolução de 1930, da mesma forma que as questões relacionadas a gênero, as quais só começaram a ser consideradas relevantes pela educação, a partir do início das reivindicações dos

movimentos feministas contra as desigualdades existentes na sociedade capitalista. Desta forma, começaram a aparecer as primeiras instituições destinadas a educar as mulheres, mas em um quadro de ensino dual, com claras especializações para o gênero.

Ao sexo feminino coube, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido para o fortalecimento do papel de mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, a formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante o século XIX, pois a tônica permanecia na agulha, não na caneta (BELTRÃO E ALVES, 2003).

No que se refere às perspectivas críticas sobre currículo, estas se tornaram crescentemente questionadas, por ignorarem o papel do gênero no processo de produção e reprodução das desigualdades, as quais eram relacionadas apenas as classes sociais. Mesmo naqueles países em que o acesso à educação era aparentemente igualitário, havia desigualdades internas de acesso aos recursos educacionais, onde os currículos eram desigualmente distribuídos por gênero. Certas matérias e disciplinas eram consideradas naturalmente masculinas, enquanto outras eram consideradas femininas. Em relação à construção escolar das diferenças, Louro (1997, p. 57), argumenta:

(...) Desde seus inícios a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distinto dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferentes para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas.

A construção do currículo escolar se dava a partir de uma visão estereotipada de gênero, sendo as mulheres relegadas a certos tipos de currículos e profissões “inferiorizados”. Desta forma, as instituições educacionais eram responsáveis pela consolidação dos estereótipos relativos a gênero.

De forma similar, os estereótipos e os preconceitos de gênero eram internalizados pelos próprios professores e professoras que inconscientemente esperavam coisas diferentes de meninos e de meninas. Estas expectativas por sua vez, determinavam a carreira educacional desses meninos e dessas meninas,

reproduzindo, assim, as desigualdades de gênero. Até então, a palavra gênero somente era utilizada para designar as diferenças de sexo. [Silva](#) (2003, p.91), relata que aparentemente a palavra gênero, foi utilizada pela primeira vez com um sentido próximo do atual pelo biólogo estadunidense John Money, em 1955, precisamente para dar conta dos aspectos sociais do sexo. Antes disso, a palavra gênero tanto em inglês, como em português estava restrita à gramática, significando “sexo” dos substantivos. Este mesmo autor prossegue afirmando que o “gênero” e o “sexo” diferem-se enquanto ao seu significado, pois, enquanto o “gênero” refere-se aos aspectos socialmente construídos, o “sexo”, refere-se aos aspectos estritamente biológicos.

As desigualdades entre homens e mulheres são evidentes quando se trata principalmente da divisão de recursos materiais e simbólicos onde os homens apropriam-se destes de forma desproporcional. Tal desigualdade estende-se também à educação, pois, em se tratando de acesso a escola, as mulheres em muitos países, sobretudo, naqueles situados na periferia do capitalismo, tinham oportunidade de acesso, visivelmente, mais baixo que a dos homens, refletindo em chances desiguais de ingresso às instituições educacionais.

Desse modo, as diferentes maneiras de tratar meninos e meninas no âmbito escolar fazem com que estes assumam determinadas posturas frente à sociedade. Diante de tal afirmação, [Louro](#) (1997, p. 62), lembra que:

(...) As marcas da escolarização se inscrevem, assim, nos corpos dos sujeitos. Por vezes isso se fazia de formas tão densas e particulares que permitia – a partir de mínimos traços, de pequenos indícios, de um jeito de andar ou falar – dizer, quase com segurança, que determinada jovem foi normalista, que o rapaz cursou o colégio militar ou que um outro estudou num seminário.

Como consequência das ações dos movimentos feministas, por exemplo, começaram a surgir gradativamente, práticas que passam a fornecer subsídios para a criação de escolas verdadeiramente mistas. Isto foi sendo efetivado, na maneira pela qual as/os alunas/os ocupavam o mesmo espaço, tinham aulas com os mesmos/as professores/as, usavam os mesmos textos, os mesmos programas, tinha acesso aos mesmos saberes, a mesma linguagem, enfim, a mesma atividade. Contudo, a relação já estabelecida, de superioridade dos homens frente às mulheres continua igual nos dias atuais.

Construções diferenciadas de corpo: consequências do sexismo presente na educação física escolar

De acordo com o Aurélio, o corpo é definido como a substância física, ou a estrutura, de cada homem ou animal. Já para [Soares](#) (2001, p.109):

O corpo é a inscrição que se move e cada gesto aprendido e internalizado revela trechos da história da sociedade a que pertence. Sua materialidade expõe códigos, práticas, instrumentos, repressões e liberdade. É sempre submetido a normas que o transformam, assim, em texto a ser lido, em quadro vivo que revela regras e costumes engendrado por uma ordem social.

Durante as aulas de Educação Física, por exemplo, ficam evidentes as diferenças corporais existentes entre meninos e meninas, como resultado das implicações das normas e transformações a que os corpos são submetidos na sociedade. Os meninos, na maioria das vezes, se sobressaem na realização de atividades físicas, principalmente quando envolve um grau elevado de complexidade dos movimentos. Esse vasto repertório motor, apresentado pela maioria dos meninos é consequência das diversificadas experiências corporais vivenciadas por estes desde a sua infância. Para (ROMERO apud [DARIDO](#) et al, 2005, p. 107) quando crianças,

Os meninos são incentivados a praticar brincadeiras mais agressivas e mais livres; jogar bola na rua, soltar pipa, andar de bicicleta, rolar no chão em brigas intermináveis, escalar muros e realizar várias outras atividades que envolvem riscos e desafios. As meninas, ao contrário, são desencorajadas de praticar tais brincadeiras e atividades.

Esse tratamento diferenciado que se dá a meninos e meninas implica em um desempenho motor também diferenciado. Assim, não só nas aulas de Educação Física, mas nas atividades de lazer realizadas em espaços livres, verificam-se facilmente as diferenças nas possibilidades corporais existente entre os gêneros. Porém, não se pode atribuir a “inferioridade” feminina somente ao aspecto biológico. O aspecto cultural, talvez seja o que mais influencia esse tratamento discriminatório com as mulheres. Mauss apud Daólio (1995) considera que:

[...] Há uma construção cultural do corpo definida e colocada em prática em virtude das especificidades culturais de cada sociedade. [...] Assim, há uma valorização de certos comportamentos em detrimento de outros, fazendo com que haja um conjunto de gestos típicos de uma determinada sociedade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que além de diferenças naturais ou biológicas, os gêneros apresentam diferenças corporais culturalmente construídas. Desse modo, desde que nascem as crianças já possuem um “roteiro de vida”,

construído a partir das expectativas dos seus pais, a ser seguido. [Souza Jr.](#) (2004), denominou este “roteiro” de “Plano de Vida”, que se trata do direcionamento de atividades para cada sexo especificamente, baseado nos papéis que estas crianças devem assumir diante da sociedade. Então, para os meninos são propostas brincadeiras mais dinâmicas, que careça de força, velocidade, e ao mesmo tempo envolvam situações de perigo, enquanto às meninas são concedidas brincadeiras que possuam relação com as funções ditas como próprias da mulher na sociedade – ser mãe, esposa e dona de casa – entendendo a menina – criança como uma adulta em miniatura.

De acordo com Faria e Nobre apud [Souza Jr.](#) (2004), a construção social da desigualdade de gênero tem início desde o nascimento dos bebês. As pessoas nascem “machos e fêmeas” e são criadas e educadas conforme o que a sociedade define como próprio de homem e de mulher. Faria e Nobre, prosseguem ressaltando que “esta educação diferenciada consiste entre outros procedimentos”, como nas formas de presenteio, de vestimentas, contar histórias, e ainda mais sutilmente, nos aspectos como atitudes, traços e expressões corporais.

Vianna apud [Souza Jr.](#) (2004), admite que em nossa sociedade as diferenças entre homens e mulheres são normalmente remetidas diretamente ao sexo. Usar acessório rosa, praticar esportes, ou brincar de bonecas, por exemplo, são características que culturalmente são definidas como específicas para cada gênero. Tais naturalizações de situações encontram-se arraigadas na cultura, a ponto de os pais transmitirem estas informações aos seus filhos erroneamente tratando-as como se fossem características próprias de cada gênero definidas geneticamente, ou seja, naturais e imutáveis ([SOUZA Jr.](#), 2004).

A imagética social, ao alocar papéis sexuais diferenciados para homens e mulheres, induz à estereotipia sexual, ou seja, induz a entendermos que para cada sexo existem comportamentos pré-determinados, e isso termina refletindo principalmente quando a criança chega à escola. E “sendo gênero uma categoria relacional, há de se pensar sua articulação com outras categorias durante aulas de educação física, porque gênero, idade, força e habilidade formam um “emaranhado de exclusões” vivido por meninas e meninos na escola” ([Altmann](#) 1998).

Nesse sentido, o ponto chave consiste em despir-se dos preconceitos e reconstruir nossa visão de diferenças sexuais, passando a analisá-las como diferenças de gênero (FARIA Jr. apud [SOUZA Jr.](#), 2004).

Educação física escolar, uma história de expropriação do corpo feminino

Atualmente documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais fazem alusão à importância do trato com questões acerca do gênero principalmente na disciplina de Educação Física, todavia, se analisarmos durante a história desta disciplina, as leis ou decretos, e os seus próprios objetivos nas diferentes épocas, observaremos que nem sempre assuntos relacionados a gênero receberam tamanha importância.

Na década de 70, por exemplo, foi promulgado o Decreto Federal nº 69450, de 1º de novembro de 1971, o qual considerou a Educação Física como “a atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolvem e aprimoram forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando”, essas características mantinham estreita relação com o contexto político em que o Brasil estava inserido. Em meio a um ambiente militar, a Educação Física desempenhou funções pautadas no nacionalismo, na segurança nacional, tanto na formação de um exército composto por uma juventude forte e saudável em defesa da pátria, como na tentativa de desmobilização das forças políticas e oposicionistas. Uma das funções da educação tradicional, foi exatamente apresentar condutas diferenciadas para indivíduos de ambos os sexos.

Ainda no Decreto Federal nº 69450, de 1º de novembro de 1971, no seu capítulo I, artigo 5º, ressalta que “quanto à composição das turmas, cinquenta alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aptidão”, assim sendo convenientemente separados/as, os/as alunos/as eram encaminhados/as para funções diferenciadas e com distinta valorização, ações estas que contribuíram ainda mais para ressaltar o sexismo existente na sociedade.

Segundo [Costa](#) e Silva (2002 p. 43), de maneira geral, as meninas e os meninos “escolarizados” receberam educação diferenciada, consequência dos diferentes papéis que eram requisitados para os mesmos, ou seja, “para as meninas serem boas esposas e mães, e para os meninos bastaria serem bons trabalhadores para sustentar a casa”. Este mesmo autor prossegue afirmando que a partir da

década de 70, as mulheres começaram a refletir sobre a discriminação que sofreram, passando a compreender que as diferenças de gênero não são produtos das diferenças biológicas, mas consequência das estruturas sociais e culturais que enaltecem o masculino e desvalorizam o feminino.

Na década de 80, período de contestação dos métodos da Educação Física, momento da crise de identidade nos seus discursos e pressupostos, aconteceram mudanças significativas nas políticas educacionais (BRACHT, 1999), passando a Educação Física a ser influenciada pelas teorias críticas da educação.

Contudo, repensar a Educação Física não assegurou grandes avanços no que tange às questões de gênero, já que apesar da ocorrência de aulas mistas, e a indicação para a realização de aulas co-educativas assim como nas outras disciplinas, ainda hoje, uma gama de professores nega impetuosamente a efetivação de aulas co-educativas em decorrência da preferência pela acomodação, ou rendimento, objetivo este que já teve espaço na história da Educação Física. Porém, hoje, isso vai de encontro aos objetivos propostos pelas metodologias emergentes. Assim sendo, torna-se evidente que “a Educação Física brasileira, filha natural do militarismo e filha adotiva da medicina higiênica, não consegue livrar-se dessa paternidade” (FREIRE, 1989, p.209).

Sobre a acomodação dos professores, Darido et al. (2005), ressalta que a conformação e acomodação dos professores frente às diversas nuances e intervenções externas às suas práticas pedagógicas, irá apenas contribuir para a manutenção do *status quo* de uma cultura escolar que não está contribuindo para que se efetivem as propostas pedagógicas da escola e nem especificamente das aulas de Educação Física. Desta forma, Forquin apud Darido et al. (2005) admite que a educação se apropria de alguns elementos da cultura para formar a sua própria cultura. Entendendo aqui cultura como o complexo dos padrões de comportamentos, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade, a cultura das aulas de Educação Física vem se apresentando como uma prática discriminatória pautada na separação dos gêneros. Nesse sentido recorreremos a Freire (1989, p. 209), quando ele alerta que apesar dos amparos por leis, decretos-leis, e decretos, a Educação Física garante sua existência legal, mas, por outro lado não garante seu papel educacional.

Buscando explicar os motivos que levam a separar meninos de meninas, os/as professores /as utilizam argumentos pautados na maioria das vezes, nas diferenças de habilidades e força existente entre gêneros, mas estas justificativas só caberiam se o objetivo da Educação Física fosse a performance.

Outro argumento frequente utilizado, diz que, por questões culturais, as crianças já chegam à escola separadas por sexo, já que, em casa e nas ruas meninos não brincam com meninas e, portanto, poderia haver recusa de atuarem juntos em aulas. Contra este argumento Freire (1989) adverte que, por mais que se compreenda a questão cultural envolvida no contexto social, manter esta separação seria o mesmo que reforçar o preconceito já existente, e conformar as pessoas, à sociedade, inclusive aos seus vícios.

Romero apud Saraiva (1999, p. 27), alerta sobre o papel dos/as professor/as de Educação Física na escola, já que estes/as em suas práticas ajudam a reproduzir velhos valores, auxiliando na manutenção dos estereótipos sexuais diferenciados para meninos e meninas. Todavia, Meyer (2004, p. 11) alerta que não é tarefa fácil para o docente perceber as diferenças entre o que é natural e o que é cultural, “a compreensão de que gênero e sexualidade são culturalmente construídos e não naturalmente dados não é imediata”.

Para Deive e Jesus (2006), as representações das aulas de Educação Física separadas por sexo se constroem a partir dos seguintes elementos: i) maior homogeneidade; ii) menor violência; iii) ênfase no rendimento motor; iv) maior participação dos alunos(as) com uma socialização positiva; v) mais organização das atividades propostas.

Darido apud Souza Jr (2004) admite que os argumentos utilizados por muitos professores/as para justificar a separação entre meninos e meninas nas suas aulas, apoiam-se na facilidade de homogeneizar os grupos, já que:

Há diferenciação efetiva em termos de experiências de movimentos vivenciados por meninos e meninas, e ainda o fator experiência de vida dos próprios professores, pois geralmente a formação destes se deu, geralmente pautada na separação por sexo, o que contribui para a dificuldade enfrentada por estes professores em encaminhar propostas co-educativas.

Para Costa e Silva (2002), a co-educação, ou seja, educação conjunta entre meninos e meninas, considera a igualdade de oportunidades entre os gêneros, mas escola mista não possui o mesmo significado da escola co-educativa. Costa

e Silva e Ávila apud Souza Jr (2004), afirmam ainda que “a escola mista não assegura a superação do sexismo e o avanço da subjetividade feminina, como tampouco contribui para a reflexão sobre a subjetividade masculina.”

[Gaspari](#) et. al. (2003), indicou que as justificativas que apontam para uma preferência pelas turmas mistas apóiam-se principalmente nas possibilidades de se aprender através das diferenças, desenvolvendo nos alunos atitudes de respeito mútuo, solidariedade, cooperação, além de facilitar o questionamento de preconceitos de gênero. Entretanto, se a Educação Física erroneamente persistir nas práticas de ensino sexista, a qual é pautada na discriminação ou tratamento indigno a um determinado **gênero**, ou ainda a determinada identidade sexual, pode ter, segundo [Saraiva](#) (1999, p: 27), conseqüências imediatas como:

No campo biofisiológico, a performance motora feminina fica prejudicada pelas menores oportunidades de vivências corporais, em relação as oportunidades de jogos esportivos oferecidas aos meninos. No campo psicológico, a aceitação por parte das meninas da idéia de superioridade física do homem, que transferida aos outros aspectos de vida, leva à acomodação, uma vez que “os meninos são desde cedo estimulados para a independência”. E no campo social, pode-se facilmente deduzir em decorrência dos fatos anteriores, as conseqüências para o papel social de ambos os sexos.

Entendendo papel social como sendo a percepção dos direitos e obrigações designados a cada *status* ou lugar social dos indivíduos.

A prática esportiva na educação física escolar, mais uma ferramenta para manutenção da inferioridade feminina

A prática tradicional da separação dos sexos nas aulas de Educação Física fundamentou-se por muito tempo, em concepções de ensino, as quais se baseavam numa visão dualista de homem, sendo competência da Educação Física apenas cuidar do corpo, ora educando-o, ora adestrando-o. É sabido que esta corrente tradicionalista que concebe a Educação Física a partir do paradigma tecnicista-biologicista do esporte de rendimento, tende a adotar pontos de vista biológicos para explicar as diferenças físicas e comportamentais existentes entre homens e mulheres, e tende em geral à rejeição de aulas co-educativas. Assim, por basear-se no pensamento positivista, tem construído uma imagem de homem, mulher e sociedade atrelados aos princípios do máximo rendimento e produtividade. Conseqüentemente, justifica-se a superioridade física e intelectual do homem, uma vez que somos levados a analisar as questões

referentes a gênero apenas do ponto de vista motor.

Já na perspectiva progressista, a separação dos sexos nas aulas de Educação Física só faz reafirmar as estratégias que instituíram as diferenças entre homens e mulheres, diferenças essas projetadas sobre a imagem de ser humano e mundo. Portanto, esta considera a educação conjunta de meninos e meninas uma importante ferramenta na busca pela equidade nas aulas de Educação Física e esporte.

O Esporte tem sido considerado por muitos estudiosos como o fenômeno sócio-cultural mais expressivo da atualidade, presente na vida da maioria das pessoas no mundo. Todavia, historicamente, o esporte na sociedade ocidental nem sempre foi um espaço democrático ([BRACHT](#), 2005), já que se baseou numa prática elitista cuja essência era a dominação pela potencialização de atributos definidos pela sociedade como meramente masculinos, estando “intensamente associados a componentes viris, vinculados a agressividade, competitividade, e força física – atributos do guerreiro -, incompatíveis com o pudor, a fragilidade e a doçura – atributos da fêmea que procria” ([ROSEMBERG](#), 1995, p. 275).

Pereira apud [Rosemberg](#) (1995, p 276), relata que a difícil trajetória da mulher nos esportes, inicia-se com a reabertura dos Jogos Olímpicos na época moderna, mesmo contra o desejo do Barão de Coubertin, que se colocou desfavorável a participação das mulheres. Ainda:

O Barão de Coubertin argumentava com o axioma de Proust, declarando: ou se fecham, ou se abrem todas as portas. E como o acesso a todas as portas não era permitido às mulheres, por que permitir-lhes a entrada nalgumas, proibindo-as nas restantes?... Ele nem sequer admitia a realização de uma Olimpíada feminina, que seria qualquer coisa de impraticável, desinteressante, inestética e incorreta. (IDEM, p.276)

Desde a época da reabertura dos Jogos Olímpicos, diversas leis e decretos foram promulgados, e artigos publicados, acerca da participação das mulheres no esporte ou em qualquer outra atividade física.

Em meio as exigências de cultivo do corpo masculino guerreiro e o feminino materno, em 1852, o regulamento expedido pelo presidente da província do Amazonas, não deixa dúvidas quanto a essa necessidade, “[para os meninos] a instrução compreenderá a educação física, moral e intelectual (...); e para o sexo feminino a mesma instrução intelectual, mas modificada , e as prendas próprias ao sexo (...). As meninas não farão exercícios ginásticos ”.

Em 1874, apesar das tentativas de introdução da ginástica nas escolas femininas, houve oposição por parte de familiares; fato documentado no relatório do diretor da instrução pública do Rio de Janeiro ([ROSEMBERG](#), 1995, p. 279), o qual assinala a repugnância com que foi percebida pela opinião pública:

Foi preciso suspender a execução e ainda assim houve pais que proibiam às suas filhas o exercício ginástico (...) . Chegou a tal ponto a oposição que algumas alunas, aliás, com boa frequência nas aulas, deixavam de ir acinte à de ginástica, ficando, todavia no edifício da escola.

O professor Carlos Catalano Calleja, em artigo datado de 1970, defendia que as mulheres não deviam participar de competições de judô, porque as meninas poderiam vencer os garotos e segundo ele “perder de menina é um tanto vexatório e pode ocasionar uma problemática que iria afetar a personalidade em formação do menino”. Afinal, numa cultura onde tanto o “sexo forte” como o modelo que impera são masculinos, os homens devem sempre ganhar das mulheres.

Só em 1920 que há indícios de participação feminina na prática esportiva. Sobre tal participação, [Brunhs](#) (2000, p.73), busca em algumas leis e normas, entender o significado adquirido pelas mulheres na prática esportiva, mais especificamente no futebol. Em 1941, o Decreto-Lei 3199, estabelecendo as bases de organização do desporto no Brasil, em seu artigo 54, coloca que “às mulheres não se permitirá à prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” (decreto vigente até o ano de 1975).

Em 1965, o Conselho Nacional de Desporto (CND), instruiu as entidades esportivas do Brasil, pela deliberação nº 7, sobre a prática de esportes para mulheres, na qual se estabeleceu que “não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e beisebol”. Esportes estes considerados como essencialmente masculino, principalmente quando analisados a força exigida e os modos “grosseiros” comuns em sua prática, como, brigas, pontapés, cuspir no chão, e outros, fatores não condizentes com as expectativas exigidas pela sociedade em relação às mulheres.

Pereira apud [Rosemberg](#) (1995, p. 285), relata acerca da discriminação sofrida pelas mulheres nas práticas esportivas, e recorre a uma entrevista de João Saldanha a um determinado jornal, quando perguntaram sua opinião sobre o fato de mulher jogar futebol e este se posiciona contra argumentando o “perigo a que estavam expostos os ovários das mulheres durante uma falta cobrada por Rivelino”.

Mesmo sendo oficial a proibição da participação das mulheres em esportes considerados ofensivos para sua natureza, estas eram experimentadas por muitas que, indiferente às convenções morais e sociais daquele tempo, aderiu a sua prática independente do discurso hegemônico da proibição (MOREL & SALLES apud [GOELLNER](#)).

Atualmente, apesar de legalizada, a presença feminina nos esportes ainda sofre recriminações, pois “estes ainda são percebidos e executados sob orientação dos valores e das normas masculinas dominantes” ([SARAIVA](#), 1999, p. 69). Assim sendo, não se pode considerar que, pelo fato de homens e mulheres praticarem os mesmos esportes, estes tenham deixado de ser generificados ([ALTMANN](#); SOUZA, 1999).

No campo da Educação Física, é significativa a análise do esporte no âmbito escolar, em se tratando do principal, e muitas vezes, único conteúdo deste componente curricular. Pois, não se pode negar a importância dos jogos desportivos, enquanto meio para a educação de crianças e adolescentes de todos os segmentos da sociedade brasileira, uma vez que sua prática pode promover intervenções quanto à cooperação, convivência, participação, inclusão, entre outros. Entretanto, a introdução do esporte como conteúdo da educação física escolar, não garantiu mudanças no sentido de evitar que a mulher continuasse sendo considerada como um corpo frágil diante do homem ([ALTMANN](#); SOUZA, 1999).

Analisando as diferenças de gênero na educação física escolar

Para uma melhor visualização e compreensão dos dados a serem analisados, estes serão expostos através de relatórios e gráficos, estando estes organizados a partir dos seguintes temas: Metodologia, O Plano de Curso, Considerações Discentes, A Prática Docente, Discentes e Docentes: diferentes olhares.

Metodologia

O estudo “Construção de Identidade de Gênero na Educação Física escolar, trata-se de uma pesquisa do tipo participante, de cunho quanti-qualitativo. A pesquisa participante é “caracterizada por ter uma ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo que responde especialmente às necessidades básicas de populações” (ORLANDO FALS BORDA apud [BRANDÃO](#), 2001), sendo que, o seu objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas encontrados. As pesquisas qualitativas são usadas quando se busca percepções e

entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo **espaço para a interpretação**. Já as **pesquisas quantitativas** são mais adequadas para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizam instrumentos estruturados (**questionários**). Devem ser **representativas** de um determinado universo de modo que seus dados possam ser generalizados e projetados para aquele universo. Seu objetivo é mensurar e permitir o **teste de hipóteses**, já que os resultados são mais concretos e, conseqüentemente, menos passíveis de erros de interpretação.

Esta pesquisa teve como campo de ação, a instituição de ensino fundamental de 3º e 4º ciclos, Colégio Municipal José Neves Teixeira, a qual atende um público de aproximadamente 1061 alunos/as, sendo a maioria proveniente da zona urbana. É considerada como colégio modelo do município, em consequência deste grande público discente atendido, e por apresentar um quadro docente formado por 38 professores/as, e uma infra-estrutura de qualidade.

Os sujeitos de pesquisa do referido estudo compreenderam dois professores/as graduados em Educação Física, os quais ministram a disciplina na instituição, e uma amostragem representativa de 13,57 % do quadro discente, o que se refere a 144 alunos das turmas 5ª E, 5ª F, 6ª A, 8ª A e 8ª B, de faixa etária entre 11 e 17 anos.

A escolha do campo de ação, assim como dos sujeitos de pesquisa se fez em decorrência do estágio supervisionado em Educação Física Escolar, o qual já vinha sendo desenvolvido na instituição. A coleta de dados foi realizada no período de 12 de junho a 25 de julho de 2006, partindo da utilização dos seguintes instrumentos de pesquisa: análise documental, questionário misto, questionário aberto e observação. O primeiro teve como propósito analisar o Plano de Curso do componente curricular Educação Física, a fim de verificar a existência de objetivos relacionados à co-educação.

Os questionários abertos e mistos foram empregados a professores/as e alunos/as, respectivamente, com a finalidade de obter informações acerca da concepção e aspectos metodológicos utilizados na Educação Física Escolar, identificar como se dá a participação de meninos e meninas nas aulas, bem como detectar a posição dos professores/as frente à realização de aulas co-educativas. Aos/as professores/as e alunos/as, foram aplicados questionários específicos, constando de 5 e 3 questões, respectivamente .

Foram observadas um total de 24 aulas de Educação Física, ministradas pelos dois professores envolvidos na pesquisa, sendo 12 do professor A e 12 do professor B. Com o objetivo de analisar a atuação dos/as mesmos/as, assim como o comportamento dos/as alunos/as, no que concerne as questões de gênero na Educação Física Escolar. A fim de corroborar a veracidade das informações obtidas mediante as observações, fez-se a complementação com a utilização de fotografias. Nos momentos destinados à observação, os pesquisadores atuaram como participante-observadores, não permitindo aos sujeitos de pesquisa o acesso as informações na sua totalidade, em vista de uma maior fidedignidade dos dados observados durante a prática destes/as.

As informações coletadas na abordagem qualitativa, ou melhor, a partir das observações e do questionário (questões subjetivas) foram analisadas de acordo com o roteiro aplicado e registradas em **relatório**, destacando opiniões, comentários e frases mais relevantes que surgiram. Por outro lado, os dados coletados na abordagem quantitativa, por meio de questionário (questões objetivas), foram expostos através de apresentação de gráficos, de acordo as normas estatísticas.

O plano de curso

No município de Guanambi, o plano de curso referente ao componente curricular Educação Física é construído conjuntamente pelos professores ministrantes da disciplina, sendo estes professores da Rede Municipal de Ensino. Existindo, então, um único plano de curso referente aos 3º e 4º ciclos do ensino fundamental para todas as escolas da Rede Municipal de Ensino.

Analisando tal documento observamos que este apresentou como metas, elevar a participação e integração do aluno durante o ano letivo de 2006, e realizar a cada unidade de ensino um evento de culminância sobre as diferentes vivências corporais de movimento.

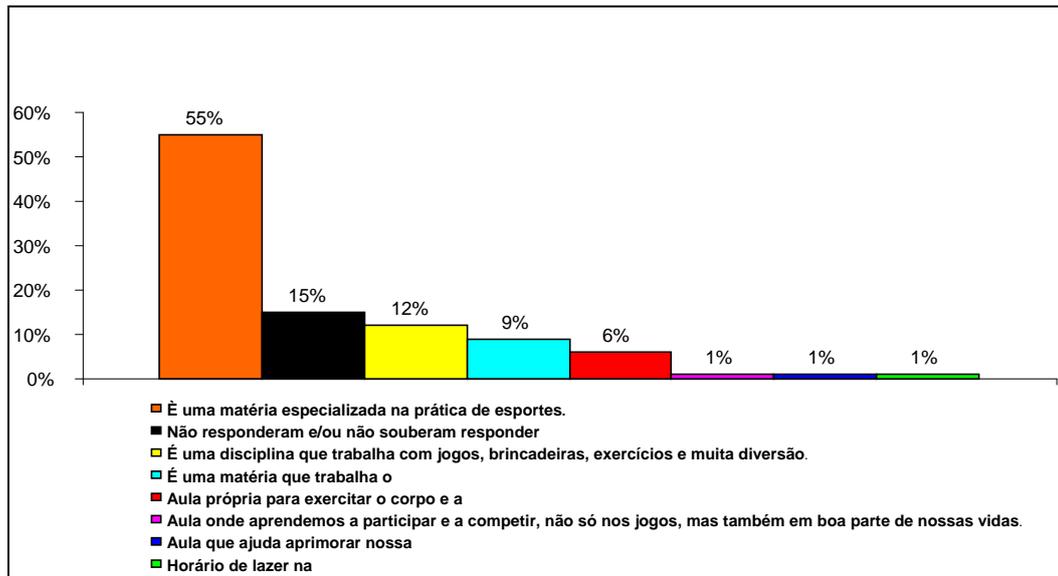
Já os objetivos estratégicos têm como propósito compreender e vivenciar variados tipos de jogos recreativos dentro do contexto escolar, analisar a questão do esporte espetáculo e o cenário do futebol mundial frente ao acontecimento da Copa de Mundo de futebol; integrar os alunos da Rede Municipal de Ensino na participação de atividades desportivas e culturais e vivenciar na própria escola atividades coletivas e individuais dentro de contexto participativos e competitivos. A partir dos dados expostos acima, ficou evidente que o plano de curso, não propõe estratégias para amenizar as

diferenças existentes entre os gêneros. No entanto, os temas geradores da 2ª Unidade (Futebol: fanatismo), e 3ª Unidade (Esporte Integração), sugerem abordar temas como: inclusão das mulheres no futebol, cooperação, solidariedade, respeito, integração, (...), discriminação, amizade.

Considerações discentes

Foram realizadas observações no período de 12 de junho a 25 de julho, com a finalidade de

analisarmos como se dá o comportamento dos alunos/as nas aulas de Educação Física, enfatizando as questões de gênero. Além, do emprego de um total de 144 questionários mistos aos/as alunos/as do 3º e 4º ciclos, ou seja, da 5ª a 8ª séries, sendo 80 meninas e 64 meninos. Tais questionários objetivaram obter informações acerca da concepção de Educação Física, além dos seus conteúdos e a opinião dos alunos/as sobre a realização de aulas co-educativas.



Fonte: Dados de pesquisa

Gráfico 1. Conceitos de Educação Física estabelecidos pelos discentes

Mediante análise do Gráfico 1, foi possível constatar que a grande maioria dos/as alunos/as questionados apresentaram uma concepção de Educação Física baseada numa abordagem esportivista, já que na instituição em questão, esta prioriza a prática esportiva, tendo-a como principal conteúdo. Esta afirmação pode ser comprovada através do posicionamento de alunos como F.S.A. (6ªA), que se refere à Educação Física como “uma matéria que fala de todos os esportes”, e A.A., aluna da 5ª E, que a menciona “como uma matéria esportiva”.

A predominância da prática esportiva nas aulas de Educação Física, chega a ocasionar conceitos equivocados, pois o que antes era confundido com a ginástica, hoje é confundido com o esporte. Conseqüentemente, alguns alunos como I.C.S. A (6ª A), consideram a Educação Física como “um esporte praticado por muitas pessoas...”.

Como se já não bastasse à delimitação, ou seja, a restrição da disciplina à prática de modalidades esportivas consideradas de salão, tais como: voleibol, handebol e futebol de salão,

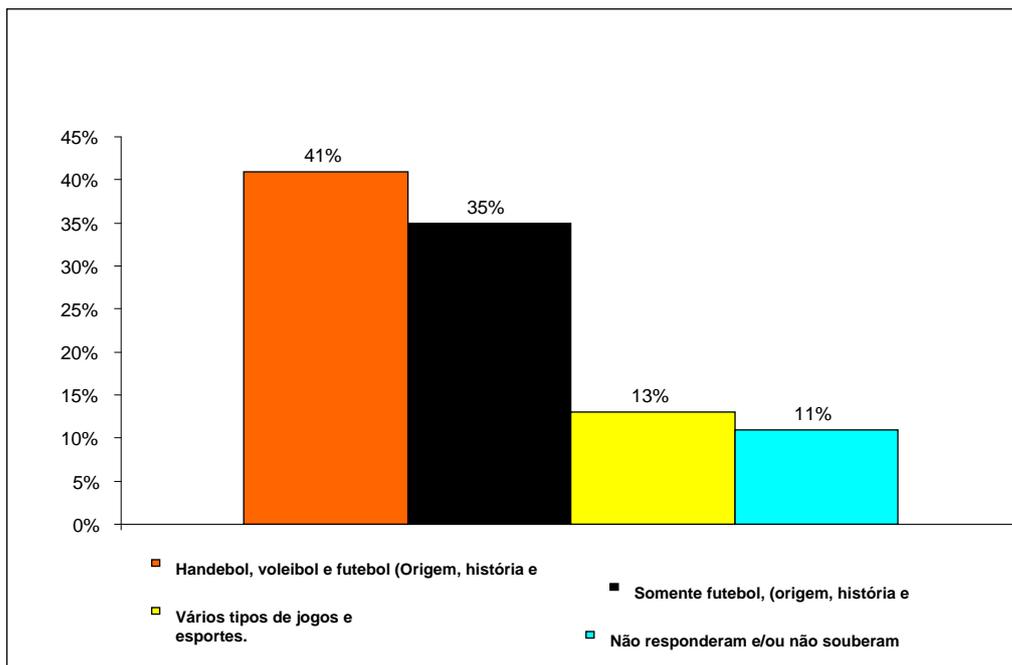
alguns alunos como G. (5ª E) e M.M.X. (5ª F), apresentam uma visão ainda mais reducionista, uma vez que definem a Educação Física como simplesmente “futebol”, considerando-a como “uma matéria que fala sobre futebol, que ensina como se joga, e como aprender mais sobre ele”.

No campo da Educação Física, é significativa a análise do esporte no âmbito escolar, em se tratando do principal, e muitas vezes, único conteúdo deste componente curricular. Pois, não se pode negar a importância dos jogos desportivos, enquanto meio para a educação de crianças e adolescentes de todos os segmentos da sociedade brasileira, uma vez que sua prática pode promover intervenções quanto à cooperação, convivência, participação, inclusão, entre outros. Sobretudo, sabe-se que o “uso”, quase exclusivo do esporte nas escolas tem sido um importante mecanismo de reforço à estereotipia sexual.

Não obstante, foi verificado através da exposição dos alunos/as que a Educação Física da escola em questão apesar da utilização de conteúdos como dança e jogos, prioriza a prática

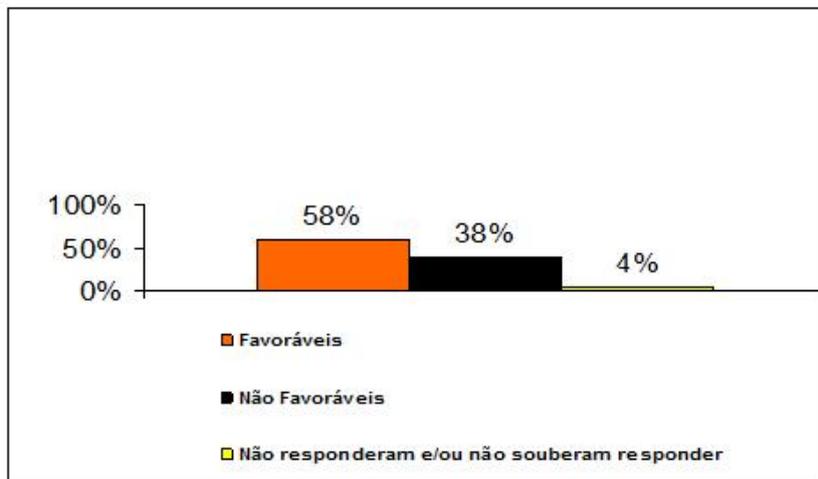
esportiva, tendo-a como principal conteúdo. As observações realizadas no transcorrer do período destinado à coleta de dados nos possibilitaram ratificar tal afirmação, já que os conteúdos

abordados durante as aulas observadas ficaram restritos a práticas de esportes (Futebol de Salão, Handebol e Voleibol), e outros jogos classificados como “de mesa” (dama e dominó).



Fonte: Dados de pesquisa

Gráfico 2. Conteúdos abordados na Educação Física Escolar de acordo aos discentes



Fonte: Dados de pesquisa

Gráfico 3. Opinião dos discentes sobre meninos e meninas jogarem juntos (aulas co-educativas).

No que concerne à participação de meninos e meninas conjuntamente nas aulas de Educação Física, ou melhor, a execução de aulas co-educativas, constatou-se que um grupo de 88 discentes, afirmou serem favoráveis a realização de aulas neste formato, pautados em argumentos como, “muito bom , porque se um não sabe alguma coisa e outro sabe, pode ensinar” (E.C.S.,6ªA), o qual demonstra como é

importante a cooperação e socialização entre os/as alunos/as na aquisição de conhecimentos, e, para a aluna M.S.N (6ª A), as aulas co-educativas são momentos propícios para demonstrar para os meninos as suas habilidades no esporte, “acho bom, para que os meninos também pudessem perceber que não é só eles que entendem de esportes” , ficando evidente a insatisfação da aluna frente à pseudo-

superioridade de habilidades motoras atribuídas aos meninos.

Durante as aulas de Educação Física ficou evidente as diferenças corporais existentes entre meninos e meninas, diferenças estas resultantes das implicações das normas e transformações a que os corpos são submetidos na sociedade (SOARES, 2001), ficando assim comprovado a não existência de superioridade, mas simplesmente de diferenças entre os gêneros.

Em contrapartida, 52 discentes, posicionaram-se não favoráveis a prática de aulas co-educativas, fazendo uso de argumentos baseados nas diferenças de habilidade motoras e força física próprias de cada gênero. Tal afirmação fica clara na exposição do aluno J.M.C.S. (6ª A), ao relatar que “se os meninos jogarem juntos não faz *imboleiro*, e se as meninas jogarem junto machuca nossas canelas e faz um *imboleiro*”. Da mesma forma, R.N.R. (5ª E), diz “não é muito bom, os meninos saem aleijados”. Fica claro, então, que os/as alunos/as não estão preparados para lidarem com as diferenças existentes entre os gêneros, neste caso específico, diferenças de habilidades motoras.

Tais diferenças puderam ser percebidas durante a realização de atividades físicas, as

quais apresentaram um grau elevado de complexidade dos movimentos, ficando explícito uma maior desenvoltura na execução dos movimentos por parte dos meninos. Romero (apud [DARIDO](#) et al. 2005, p.108), justifica este fato:

Os meninos são incentivados a praticar brincadeiras mais agressivas e mais livres; jogar bola na rua, soltar pipa, andar de bicicleta, rolar no chão em brigas intermináveis, escalar muros e realizar várias outras atividades que envolvem riscos e desafios. As meninas, ao contrário, são desencorajadas de praticar tais brincadeiras e atividades.

O que por sua vez resulta numa diferença acentuada no repertório motor destas crianças. Em se tratando do argumento força física “(...) os meninos são mais fortes que as meninas, então, pode machucar as meninas” (L.G.G.). Não se pode negar que há diferenças biológicas entre os sexos, porém, este fato não implica na impossibilidade de realização de aulas conjuntas, se por sua vez, estas preconizarem a conscientização dos/as alunos/as, o que pode vir a ponderar as diferenças durante as atividades propostas. No entanto, se a metodologia for pautada no rendimento devem-se levar em conta às especificidades biológicas de cada sexo, ficando assim inviável a realização da co-educação.



Por meio das observações das aulas de Educação Física, detectamos que os meninos, em geral, optavam sempre pela prática dos esportes, enquanto as meninas davam preferência ora a prática do voleibol, ora a prática dos jogos de mesa, como dama e dominó (ver fotos 1 e 2), essa preferência pode ser explicada pelo fato da prática esportiva exigir um repertório motor mais rico, além do preconceito existente a cerca da presença feminina no esporte, já que este historicamente foi considerado um território tipicamente masculino.

Durante a nossa intervenção através do estágio supervisionado realizado, constatou-se que há uma contradição entre a opinião discente em relação à realização de aulas co-educativas explicitadas mediante questionário e o comportamento dos mesmos durante as aulas. Uma vez que apesar da grande maioria dos/as discentes se posicionarem favoráveis às aulas co-educativas, estes/as nos momentos em que eram propostas atividades conjuntas a grande maioria se posicionava terminantemente contra.

Em outro momento, por meio das observações realizadas durante as aulas dos professores em

questão, notou-se que a separação de meninos e meninas nas aulas de Educação Física é ocasionada geralmente pelos/as próprios/as professores/as, pois estes/as separam a turma em grupos “homogêneos”, destinando um tempo específico para cada grupo, dando a impressão que existem horários de Educação Física próprios para cada gênero.

A prática docente

Aos docentes foram aplicados questionários abertos constando de seis questões, as quais visaram obter informações relacionadas à concepção de Educação Física e seus conteúdos, a metodologia adotada para a realização das aulas, além de verificar a opinião destes em relação à execução da co-educação e as estratégias adotadas para minimizar os conflitos provenientes das diferenças entre os gêneros, ocorrentes durante as aulas. As informações adquiridas mediante aplicação dos questionários e observações das aulas, nos possibilitaram verificar a contribuição da prática pedagógica dos professores de Educação Física na construção e/ou manutenção da estereotipia sexual.

a) Questionários x observações

No Colégio Municipal José Neves Teixeira, é destinado ao componente curricular Educação Física a carga horária semanal de 2h/aula para cada turma, sendo realizadas no mesmo dia e de forma conseguinte. Geralmente estas aulas dividem-se em uma “teórica e outra prática”, uma vez que a instituição dispõe de apenas uma quadra poli-esportiva, e as turmas possuem horários de Educação Física concomitantes, havendo assim, a necessidade de alternância de horários para o uso da mesma.

Durante oito semanas foram realizadas observações das aulas de Educação Física ministradas pelos sujeitos de pesquisa, os professores A e B. Convém ressaltar que se trata de dois professores graduados em Educação Física e com no mínimo 5 anos de prática de ensino na Rede Pública.

Durante a prática do professor A, observou-se que nas aulas teóricas, geralmente eram utilizados filmes relacionados ao conteúdo proposto pelo plano de curso da disciplina, mas sem quaisquer tipos de reflexões a cerca do tema abordado. No entanto, quando questionado sobre sua concepção de Educação Física, este afirmou “que é uma área de conhecimento importante, (...), pois pode explorar o potencial criativo do aluno, e colaborar para que este seja capaz de contribuir para uma sociedade justa”. Desta forma, verifica-se que há uma incoerência entre o discurso e a prática deste professor, pois como é

possível que a Educação Física colabore com a “formação” de cidadãos ativos dentro da sociedade, se o professor não proporciona momentos reflexivos durante as suas aulas?

Através da realização do nosso estágio supervisionado no Colégio M. José N. Teixeira, com algumas turmas em que o professor A é regente, evidenciamos o despreparo dos/as alunos/as para formular argumentos e/ou questionamentos coerentes com as discussões propostas a cerca do futebol, tema constantemente abordado em nossa sociedade. Isso reflete a metodologia adotada pelo docente A, a qual aparentemente parece estar pautada apenas no saber fazer.

Já o docente B, relatou através de conversa informal que nas “aulas teóricas”, além de filmes, esta faz uso de textos e algumas brincadeiras, e busca sempre fazer reflexões sobre os temas tratados. Esta prática condiz com o entendimento do mesmo sobre a maneira com que a Educação Física deve ser trabalhada no âmbito escolar, “a escola é o espaço onde a Educação Física pode ser vista e trabalhada de forma crítica. Envolvendo todos os educandos de forma prazerosa, dando oportunidades para criar e transformar”.

Quando questionados sobre os conteúdos abordados pela Educação Física na instituição, o professor A relata que “são abordados futsal, handebol, vôlei, seus fundamentos e regras, danças típicas, higiene, primeiros socorros, sexualidade e brincadeiras populares”. Não obstante, o professor B cita, “procuramos nos pautar em conteúdos, voltados para a cultura corporal, como: jogos, dança, capoeira e esportes”.

Contudo 76% dos/as alunos/as, ou seja, 110 dos/as alunos/as questionados/as afirmaram ser o esporte o conteúdo abordado pela Educação Física. Durante as observações averiguamos que ambos os docentes trataram do esporte futebol, já que era o conteúdo proposto pelo plano de curso para a Unidade.

As observações das “aulas práticas” de ambos os professores nos possibilitaram acreditar que a metodologia utilizada por estes, estava fundamentada na abordagem recreacionista, “modelo no qual os alunos é que decidem o que vão fazer na aula, escolhendo o jogo e a forma com que querem praticá-lo, e o papel do professor se restringe a oferecer uma bola e marcar o tempo” (DARIDO E NETO, 2005, p.04). Estas observações nos fizeram compreender que as “aulas práticas” ministradas pelos professores em questão, são realizadas sem planejamento prévio das ações (plano de aula), o que

desconsidera a importância dos procedimentos pedagógicos e pondera a prática como fim e não como meio.

Em se tratando das questões de gênero foi verificada por meio das observações a existência de entraves relacionados à relação entre meninos e meninas nas aulas de Educação Física. Através da explanação dos professores ratificamos a afirmação acima, já que o professor A cita “que a relação entre os gêneros é boa mas com algumas ressalvas, os meninos preferem jogar separados das meninas, pois, os meninos falam que as meninas não têm habilidade, não tem força”.

Observando a prática do professor B, constatamos que este faz uso em determinados momentos de atividades mistas apesar dos conflitos existentes. O docente em questão relata que nesta escola, procura-se não trabalhar a partir da separação dos/as alunos/as de acordo ao gênero, porém “quando é necessário devido à falta de um outro professor, a pedido dos alunos, ou jogos entre salas” é feito uso da separação dos gêneros. E prossegue mencionando “sempre realizamos aulas mistas, mas não negamos os jogos separados, diversas situações do dia-a-dia da escola podem levar a acontecer”. No entanto o professor A afirmou nunca haver a realização de aulas separadas por gênero.

Concordamos com a explanação do docente B, uma vez que existem momentos das aulas de Educação Física que devemos considerar as diferenças entre os gêneros separando-os, como por exemplo, na realização de jogos competitivos, ou naqueles que o primordial é o desempenho técnico. Em detrimento da afirmação do professor A, achamos válido ressaltar que não consideramos um erro a realização da separação dos gêneros, mas salientamos a importância das aulas co-educativas na busca da igualdade de oportunidades e do respeito às diferenças.

Ainda sobre a relação meninos / meninas, o professor B cita que a principal causa desse impasses é o fato do Colégio, ser uma instituição de 3º e 4º ciclos do ensino fundamental e receber muitos/as alunos/as provenientes de diversas escolas de 1º e 2º ciclos, argumentando que “os conflitos provem do recebimento de alunos advindos de instituições de ensino que ainda não trabalha com aulas mistas, desta forma, gerando um primeiro momento conflitante”. Com a finalidade de minimizar estes impasses, o docente B adota como estratégia, “começar instigando as mais diversas situações com o educando para que eles possam notar a necessidade de se trabalhar questões de gênero, a partir de situações problemas e

questionamentos, incentivando o posicionamento de todos, e criando normas para as aulas”.

Todavia, de acordo com a nossa prática de ensino desenvolvida nesta instituição, notamos que a realização de aulas co-educativas teve maior aceitação nas turmas de 5ª série do ensino fundamental, logo, o argumento utilizado pelo docente B a fim de corroborar os conflitos existentes na relação entre os gêneros vai de encontro à realidade encontrada por nós na instituição em questão.

Mediante observações das aulas práticas ministradas pelo professor A, compreendemos que a separação entre meninos e meninas foi na maioria das vezes ocasionada pelo próprio professor. No entanto, este quando questionado sobre a existência de preocupações e estratégias a cerca das questões de gênero relatou:

Há preocupações, os meninos e as meninas jogam juntos, os meninos apresentam mais força, e tem mais habilidades do que as meninas, em algumas turmas os meninos *debocham* das meninas, isto se dá porque faz parte da nossa cultura.

E finaliza citando que “as estratégias são: não separar meninos das meninas, pois todos têm que aprender a recrear juntos”.

Analisando a explanação e a prática do professor A, verifica-se que há uma contradição, já que ao mesmo tempo em que este afirma ser importante a recreação conjunta, faz uso constantemente de jogos esportivos tradicionais, “os quais são entendidos como jogos esportivos institucionalizados, apresentando regras específicas” (ASQUITH; POZZOBON, 1994). Este modelo tradicional enfatiza o desempenho técnico em detrimento da participação, privilegiando os mais aptos, uma vez que prioriza a habilidade técnica e a força física. Autores como Bunker & Thorpe apud [Asquith](#); Pozzobon (1994) consideram que:

Uma aula se jogos que enfatizam o desempenho técnico em detrimento da participação, privilegia os alunos mais hábeis e gera desvantagem à maioria. O mesmo aplica-se aos currículos, que enfatizam as atividades e os esportes culturalmente masculinizados, onde a maioria das alunas são discriminadas.

Anteriormente, o professor A considerou que a Educação Física no âmbito escolar auxilia na “formação” de alunos críticos e atuantes na sociedade, entretanto acredita-se que o mesmo ao afirmar, “isso se dá porque faz parte da nossa cultura”, baseia-se no argumento utilizado por alguns/as professores/as, de que as crianças já chegam à escola separadas por sexo, já que, em casa e nas ruas meninos não brincam com meninas e, portanto, há recusa de atuarem juntos nas aulas de Educação Física. Contra este

argumento, [Freire](#) (1989) adverte que, “por mais que se compreenda a questão cultural envolvida no contexto social, manter essa separação seria o mesmo que reforçar o preconceito já existente e conformar as pessoas, à sociedade, inclusive aos seus vícios”.

Considerações Finais

Com base nas considerações até aqui apresentadas, podemos constatar que a educação historicamente tem contribuído para a perpetuação da estereotipia sexual. O processo de transmissão dos preconceitos sexuais baseia-se na maioria das vezes, em argumentos de ordem biológica, o que os torna naturais e imutáveis, o que por sua vez, desencadeia numa diferença acentuada de experiências vividas por meninos e meninas, interferindo diretamente na sua vida social.

Tendo em vista que os fatores que asseguram a perpetuação desta realidade são de ordem cultural e não biológica, faz-se necessário romper com os preconceitos arraigados na nossa cultura, principalmente na cultura escolar. Cabe, então, aos professores, inclusive, aos professores de Educação Física compreenderem as diferenças existentes entre os gêneros e respeitá-las, não as considerando como obstáculos no desenvolvimento de quaisquer que sejam as atividades. E mais, considera-las como importante pauta de discussão, a fim de propor a igualdade de oportunidade para todos, tolerância e respeito às diferenças.

Entretanto, mediante investigação realizada no campo de ação da pesquisa, foi detectado que a Educação Física da forma com que está sendo trabalhada tem grande probabilidade de estar contribuindo para a reprodução dos preconceitos existente a cerca das questões de gênero. Já que, no que concerne às aulas co-educativas foi notado certa incoerência entre o discurso e a prática de professores/as e alunos/as na realização da mesma. Tal incongruência pode ser explicada pelo despreparo dos/as docentes, pois geralmente a formação destes se deu, geralmente pautada na separação por sexo, o que contribui para a dificuldade enfrentada por estes professores em encaminhar propostas co-educativas.

A Educação Física nesta instituição trata o esporte, seu principal conteúdo, a partir de uma metodologia pautada na perspectiva dos Jogos Tradicionais, a qual está centrada no desenvolvimento das habilidades técnicas. Desta maneira, o esporte, se apresenta como um espaço não democrático, já que a sua prática prioriza o desempenho, o que conseqüentemente levará às exclusões.

Nesse sentido, a exclusão da mulher na prática esportiva se repete, já que os homens de acordo com a história sempre ocuparam lugar privilegiado no esporte, por possuírem atributos relacionados a virilidade e um maior número de experiências motoras. Já a mulher, por possuir atributos relacionados a “fêmea que procria”, é colocada em um plano inferior, onde estas experiências continuam não sendo-lhes reservada. Sendo assim, o esporte enquanto elemento central da Educação Física na instituição educacional em questão vem sendo tratado de forma a auxiliar no processo de sustentação de certos preconceitos construídos historicamente. Por isso torna-se imprescindível realizar algumas reflexões a cerca de alguns elementos de ordem prática da Educação Física, a partir de um ponto de vista educacional.

O esporte, por exemplo, se tratado numa perspectiva não centrada na competição ou no desempenho, ou seja, numa perspectiva lúdica e co-educativa, torna-se uma grande possibilidade educacional não só para os meninos, mas também para as meninas, uma vez que o lúdico constitui-se como um espaço possível de transformação cultural, já que proporciona as/os alunas/os um espaço para criar, recriar e transformar, fato que possivelmente poderá levá-las/os a serem cidadãos/ãs produtores/as de cultura, e não consumidores/as passivos/as.

Portanto, devemos procurar alternativas pedagógicas que auxiliem na instrumentalização do ser humano para a transformação da sociedade, sendo as aulas de Educação Física co-educativas uma delas. Porquanto, foi percebido que na co-educação a competição aos poucos, foi sendo substituída pela brincadeira, e o individualismo, pelo sentido de grupo, de coletivo. Assim, podemos afirmar que as aulas co-educativas como praticas pedagógicas transformadoras, são possíveis e, além disso, mostram-se como importantes ferramentas para superar as desigualdades instituídas em nossa sociedade.

Referências

[ALTMANN](#), Helena ; [SOUZA](#), Eustáquia Salvador. **Meninos e Meninas**: expectativas corporais e implicações na Educação Física Escolar. Caderno CEDES, Campinas, v.19, n.48, ago, 1999.

[ALTMANN](#), Helena. **Rompendo fronteiras de gênero**: Marias (e) homens na educação física. Dissertação de mestrado em educação. Belo Horizonte: UFMG, 1998, 111p.

[ALVES](#) ; [BELTRÃO](#). **A Reversão do Hiato de Gênero na Educação Brasileira no Século XX**. Disponível <

http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_111.pdf >. Acesso: 10 de agosto de 2008.

ASQUITH, Alan ; **POZZOBON**, Maria E. **Diferentes Modelos de Ensino de Jogos Esportivos na Educação Física Escolar**. Parte da Dissertação de Mestrado do PPGCMH/ UFSM. (Apostila).

BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução**. 3.ed. Ijuí , RS: Ed. Unijuí, 2005.

BRANDÃO. **O que é Pesquisa Participante, seus objetivos e metas**. Disponível < www.abed.org.br/congresso2004/apr/Mosquera1Oset.pps >. Acesso: 19 de julho de 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília : MEC / SEF, 1998.

BRUNHS, Heloisa Turini. **Futebol, Carnaval e Capoeira** : entre as gingas do povo brasileiro. Campinas, SP: Papirus, 2000.

COSTA, Maria Regina Ferreira; **SILVA**, Rogério Goulart. **A Educação Física e a Co-Educação: igualdade ou diferença?** In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v.23, n.2, p. 43-54, jan, 2002.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do Corpo**. Campinas: Papirus, 1995 b.

DARIDO, Suraya, NETO, Luiz Sanches. **O contexto da Educação Física na Escola**. In: *Educação Física na Escola: implicações a prática pedagógica/ Coordenação Suraya Cristina Darido, Irene Conceição Andrade Rangel – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.*

DARIDO, Suraya C. et al. **Co-Educação e Educação Física na Escola**. In: **DARIDO**, S.C. ; **MAITINO**, E.M.(orgs). **Pedagogia Cidadã: caderno de formação, Educação Física**. São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de Graduação, 2004.

DEVIDE, Fabiano P.; **JESUS**, Mauro L. **Educação Física escolar, Co-educação e Gênero: mapeando representações de discentes**. Movimento, Porto Alegre, v.12, n. 03, p. 123-140, setembro/dezembro de 2006.

FREIRE, João B.. **Educação Física de Corpo Inteiro**. São Paulo: Scipione, 1989.

GASPARI et al. **Possibilidades da Educação Física na escola: ouvindo os professores**. In: Anais do VII EnFEFE. Niterói: Universidade federal Fluminense, 2003.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulheres e Futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades**. Revista Brasileira de Educação Física, São Paulo, v. 19, n.2, p. 143-51, abr / jun, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1997.

MEYER, D. E.; **SOARES**, R. de F. R. **Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares: um início de reflexão**. In.: **MEYER**, D. E.; **SOARES**, R. de F. R. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 5-16.

ROSEMBERG, Fúlvia. **A Educação Física, os Esportes e as Mulheres: balanço da bibliografia brasileira**. In: **ROMERO**, E. (orgs) **Corpo, Mulher e Sociedade**. Campinas: Papirus, p. 271 – 308, 1995b.

SARAIVA, Maria do Carmo. **Co-Educação Física e Esportes: quando a diferença é mito**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 1999. (Coleção Fronteiras da Educação)

SILVA, Tomaz Tadeu da. **As Teorias Pós Críticas**. In: **SILVA**, Tomas T. da. **Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. cap. 3, p. 85 – 139.

SOARES, Carmem L.. **Corpo, Conhecimento e Educação: notas esparsas**. In: **SOARES**, C. L. (orgs.) **Corpo e História**. Campinas, SP: Autores associados, 2001. cap. 6 ,p. 109-130. (Coleção Educação contemporânea).

SOUZA JR, Osmar Moreira. **Educação Física Escolar, Co-Educação e Questões de Gênero**. In: **DARIDO**, S.C. ; **MAITINO**, E.M.(orgs). **Pedagogia Cidadã: caderno de formação, Educação Física**. São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de Graduação, 2004.

Endereço:

Marlon Messias Santana Cruz
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 314/202
Centro
Janaúba MG Brasil
39440-000
e-mail: marlonmessias@hotmail.com
nandapallmeira@hotmail.com

Recebido em: 15 de agosto de 2008.

Aceito em: 16 de janeiro de 2009.



Motriz. Revista de Educação Física. UNESP, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1980-6574 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)